

Ofício Circular nº. 002/2016

Fortaleza – CE, 16 de outubro de 2017

Excelentíssimo (a) Senhor
DEPUTADO (A) FEDERAL
Brasília - DR

Assunto: **Requer retirada de assinatura**

Excelentíssimo (a) Senhor (a),

Sirvo-me do presente para solicitar de Vossa Excelência a compreensão e os bons préstimos para, nos termos regimentais, **retirar o apoio e assinatura no Recurso ao Plenário nº. 260/2017** contra decisão terminativa das comissões quanto ao Projeto de Lei nº. 3831/2015, que “Estabelece normas gerais para a negociação coletiva na administração pública direta, nas autarquias e nas fundações públicas dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

A matéria em comento é de grande relevância institucional e resta aguardada pelo movimento sindical de servidores públicos desde a edição da Constituição Federal. Com efeito, a nova ordem institucional inaugurada em 1988 consagrou o direito de greve e de sindicalização de servidores públicos sem, no entanto, estabelecer mecanismos de negociação coletiva.

Assim, o PL nº. 3831/2015, oriundo do Senado, tem o mérito de estabelecer mecanismo de solução dos litígios entre servidores públicos e órgãos da Administração Pública, evitando assim alternativas mais drásticas como as greves que tanto afetam os serviços públicos. Também é fato que a negociação como mecanismo de solução de litígio também evita a apresentação de demandas ao Poder Judiciário, contribuindo assim para a diminuição de processos judiciais de modo a favorecer uma prestação jurisdicional de qualidade.

**SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ –
SINSEMPECE. CNPJ Nº. 15.061.157/0001-02**

Rua Assunção, 895 – B, José Bonifácio, Fortaleza-CE. CEP: 60.050-011.

Fone (85) 3077-3058/3077-3058 / 9832.0066.

Site: www.sinsempece.org.br / Email: contato@assempece.org.br

Não pesa sobre o referido projeto de lei qualquer vício de inconstitucionalidade, ao passo que a matéria que tem o mérito de contribuir para a solução alternativa de conflitos entre servidores e entes públicos de modo a **democratizar as relações de trabalho.**

Estudando atentamente as razões que acompanham o recurso em tela, temos, como todo respeito, **que não subsiste o temor de que a negociação coletiva venha dispor em grau definitivo** de matérias como “regime jurídico da carreira de integrantes de um único órgão ou entidade em detrimento de todo o restante” ou mesmo dispor definitivamente “sobre estabilidade ou aposentadorias” Com efeito, entendemos que não há “risco para o interesse público, para o Poder Estatal e para o servidor individual e coletivamente”, **porquanto temas como regime jurídico, vencimentos, planos de cargos e carreiras, estabilidade, aposentadorias são matérias sujeitas ao princípio da reserva de lei** (artigos 7º, inciso I, art. 17, inciso I e II e art. 20 do PL nº. 3831/2015), **sendo obrigatória sua submissão ao Parlamento e, por conseguinte, ao crivo do controle popular exercido pela representação parlamentar. Assim sendo, as negociações coletivas que versarem sobre matérias submetidas ao princípio da reserva de lei somente produzirão efeitos quando, respeitadas as regras de iniciativa legislativa (art. 7º, incisos II e III do PL nº. 3831/2015), forem aprovadas pelo Parlamento.**

Também há previsão de observância aos limites de gasto com pessoal e das regras que regem as finanças públicas (art. 17, incisos IV e V do PL nº. 3831/2015).

O PL nº. 3831/2015 constitui fruto de debates e conversações do movimento sindical público com parlamentares de vários partidos e com o Governo Federal, merecendo ser sancionado no dia 28 de outubro, dia do servidor público.

É por tais razões que o Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará (SINSEMPECE) reconhece o mérito do PL nº. 3831/2015 ao passo que roga a Vossa Excelência a retirada de assinatura no Recurso nº. 260/2017, **o que constituirá importante gesto de valorização do servidor (a) público neste mês de outubro em que celebramos nosso dia.**

Certo da compreensão e do apoio de Vossa Excelência, subscrevo mui respeitosamente,

FRANCISCO ANTÔNIO TÁVORA COLARES
Presidente

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/227A-4CCB-6E7F-9102> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 227A-4CCB-6E7F-9102



Hash do Documento

DF5EFACA2AEBD3FA938222A604556AEE0BC60D2EE434ACB1F5E75CB1C9D653F6

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 16/10/2017 é(são) :

- Francisco Antonio Tavora Colares - 016.836.815-33 em 16/10/2017 15:28
UTC-02:00

Tipo: Certificado Digital

